

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

LEI 8.078/90 — MENSALIDADE ESCOLAR - LEI 8.170/91

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE, (qualificação), residente e domiciliado na Rua nº, portador da cédula de Identidade Civil/RG nº e inscrito no CPF/MF sob nº, estabelecido profissionalmente na Rua nº, onde exerce a advocacia como membro inscrito da OAB/.... sob nº, fone, advogado em causa própria, e sua assistida filha, (qualificação), residente e domiciliada na Comarca de, representada judicialmente pelo primeiro, conforme instrumento procuratório anexo, vêm à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, propor a presente AÇÃO DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE MENSALIDADES ESCOLARES, DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS FEITOS A MAIOR E COMPENSAÇÃO, pelo rito sumário, contra, pessoa jurídica de direito privado sediada na Comarca de, na Rua nº, no bairro, onde deverá ser citada na pessoa de seu representante legal. A presente ação fundamenta-se no artigo 1º, parágrafo 6º, da Lei nº 8.170/91, combinado com os artigos 275 e seguintes do Código de Processo Civil no que se refere ao rito processual, e fundamenta-se nas demais disposições da requerida Lei n. 8.170/91 no que se refere ao direito material, ainda, em outras disposições e julgados anteriores a seguir invocados. Passam a expor e requerer o seguinte: O primeiro requerente é pai de, a segunda requerente, acima qualificada, que se encontra matriculada e freqüentando o curso de na instituição educacional privada ora requerida desde o ano letivo de Por isso é responsável pelo pagamento das mensalidades devidas junto àquela instituição e vem pelas mesmas respondendo, o que lhe confere legitimidade concorrente para postular na presente ação. A partir de do corrente ano o primeiro requerente suspendeu o pagamento das mensalidades e passou a questionar junto à requerida no sentido de obter uma composição amigável que mantivesse as mensalidades dentro de valores justos e aceitáveis, de conformidade com a legislação vigente. Até a presente data, todavia, não obteve êxito para pagar somente os valores devidos, visto que a requerida insiste em lhe cobrar valores acima do permissivo legal, conforme já houvera feito durante todo o ano letivo de, quando lhe impôs reajustamentos indevidos e superiores aos legais. O primeiro requerente não quer permanecer nesse impasse, mas quer ver solucionada de forma justa e legal a pendência, de maneira que possa quitar seus débitos e dar prosseguimento aos estudos de sua filha. Por esse motivo vem propor a presente ação judicial, visando com ela estabelecer os valores justos e legais de todas as prestações referentes aos anos letivos de e próximas prestações que forem vencendo durante a lide. Pretende que, estabelecidos judicialmente os valores devidos, o indébito pago que se apurar seja devidamente compensado nas mensalidades não pagas, atendendo-se, porém, o estabelecido no parágrafo único do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e artigo 1.531 do Código Civil Brasileiro. Para tanto a sentença a ser prolatada deve retroagir nos termos do artigo 1º, parágrafo 7º, da Lei nº 8.170/91. Em anexo à presente inicial os requerentes juntam uma planilha das prestações já pagas, desde a primeira, e das prestações em atraso, até a última, para que, através das mesmas se possa efetuar o cálculo de todas as prestações devidas, tudo de conformidade com o quanto preceituam as leis 8.170/91 e 8.178/91. Pedem que essa planilha seja recebida como parte integrante deste petítório. Diante do exposto vêm requerer o seguinte: (PEDIDO DE LIMINAR) 1 - que Vossa Excelência haja por bem em, com fulcro no artigo 4º da Lei nº 8.170/91, considerando o "periculum in mora" e o "fumus boni juris", conceder, "initio litis et inaudita altera pars", medida acautelatória liminar garantidora do quanto preceitua esse artigo, deixando, para tanto, expresse que a estudante não poderá sofrer qualquer sanção por parte da requerida em função do débito tratado e enquanto perdurar a presente lide, tais como suspensão de provas, retenção de informações a respeito das

mesmas e das notas, impedimento de freqüência às aulas, atribuição de faltas estando a aluna presente às aulas, retenção de documentos e de transferência, indeferimento de matrícula e outras dessa natureza, que possa a requerida pretender a título de represália ou de meio coercitivo para compelir os requerentes ao pagamento indevido. Agüem os requerentes a urgência d